

# Em troca de quê?

Roberto Smeraldi

Os que representaram o Brasil na recente reunião da Convenção sobre Espécies Ameaçadas, no Zimbábue, onde se discutia a inclusão do mogno no Apêndice II — que prevê controles para prevenir atividades ilegais e consumo insustentável —, agiram deliberadamente contra os interesses do País, e o prejudicaram sob diversas perspectivas:

— *Ambiental*, ao impedir que fosse aprovado um instrumento de controle que ajudaria na prevenção das atividades madeiras ilegais, que representam a atual realidade da exploração, enquanto os controles domésticos continuam esporádicos e inconsistentes;

— *Econômica*, ao renunciar a um instrumento de certificação de origem, que iria tornar mais palatável aos compradores americanos e britânicos uma madeira da qual eles têm reduzido o consumo nos últimos três anos por razões ambientais;

— *Político-diplomática*, ao isolar o País no âmbito latino-americano, ficar com a minoria e aliar-se abertamente à Malásia, cujas empresas estão entrando maciçamente na Amazônia aproveitando o vazio de controles e fiscalização que caracteriza a região.

O fato de que, minutos antes de uma segunda votação, o Brasil tenha tentado uma “saída honrosa”, aceitando controles mais fracos, e sem garantias in-

ternacionais nem científicas, não cancela uma gestão surpreendente tanto da política ambiental quanto da política internacional. Não adianta tentar mudar essa realidade retificando o voto *a posteriori*, ou tentando explicar que as gargalhadas dos delegados, diante dessa atitude, não foram gerais, mas apenas de parte da plateia.

Seria bom que esse erro, se houve, fosse assumido pelo governo. A própria imagem do presidente da República, que estava prestes a discursar na ONU, foi prejudicada. Conforme o ministro Lampréia alerta-

de ser relegada a um mero “acidente”. Desde 1996, o governo tem anunciado posições contraditórias e postergado um anúncio oficial. Enquanto isso, tem tentado convencer conferências internacionais de que o Brasil teria suspenso a exploração do mogno (quando, de fato, suspendera apenas a emissão de novas autorizações). Tratava-se, naquele caso, de uma norma neutra quanto ao efeito sobre a ilegalidade. Seria como, numa cidade onde todo mundo guia sem habilitação, suspender a emissão de novas carteiras.

Enquanto isso, a revisão das

---

## OS QUE REPRESENTARAM O BRASIL NA REUNIÃO DA CONVENÇÃO SOBRE ESPÉCIES AMEAÇADAS, NO ZIMBÁBUE, AGIRAM CONTRA OS INTERESSES DO PAÍS

---

ra uma semana antes, a viagem do presidente a Nova York constituía uma forte razão para o Brasil (independentemente de preocupações ambientais) “não se opor à maioria” no Zimbábue.

Mas se não foi um erro, isto é, se estes custos ambientais, econômicos e político-diplomáticos foram debitados ao País conscientemente, o governo deveria explicar-se e o próprio presidente da República cobrar explicações.

A questão do mogno não po-

autorizações existentes, confirmando índices de ilegalidade superiores a 70%, emperrou por problemas de burocracia interna, de falta de recursos e de dificuldades em algumas superintendências do Ibama especialmente corruptas.

Assim, mais da metade dos “planos de manejo” brasileiros continua no limbo. Eles estão “suspensos”, mas não têm muita chance de vir a ser cancelados por causa da falta de vistorias reais, e tampouco de vir a ser reautorizados por falta de requisi-

tos básicos. Obviamente, os madeireiros continuam fazendo o que sempre fizeram, com ou sem planos de manejo.

Diante desta situação, o presidente do Ibama chegou a negar o descontrole e paradoxalmente atacar tanto as ONGs quanto o ministério. Isso acontece após ter se apresentado em uma reunião internacional junto com o presidente dos madeireiros do Pará, único representante da sociedade civil brasileira na delegação oficial no Zimbábue. Paire aqui uma dupla ironia: a primeira é que o argumento usado pelo atual presidente do Ibama contra as ONGs é de que a pauta destas seria definida no exterior, isto é, o mesmo argumento utilizado no passado contra ele, quando dirigia uma ONG internacional no Brasil. A segunda é que a instituição ambiental brasileira que mais recebe recursos do exterior é o próprio Ibama.

A chacota do Zimbábue parece, portanto, enraizada em questões que pouco têm a ver com os interesses do País, e mais com agendas paralelas, que incluem disputas de sucessão política em Brasília, heranças de idiossincrasias nacionalistas e temor de mais sérios controles.

---

Roberto Smeraldi  
é coordenador do Programa  
Amazônia de Amigos da Terra

---

413/7/971 24